

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DIÁLOGO IMPRESINDÍVEL À ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compartilhar reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville – Santa Catarina. Para tanto, procurou-se apresentar um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos, evidenciando a ampliação do direito a Educação como elemento intrínseco a condição humana. Também foram levantados os indicadores estatísticos com base nos banco de dados do IBGE e do INEP, estes indicadores contemplam a situação da Educação com relação a população de 15 anos ou mais, analfabeta e a população que não concluiu o Ensino Fundamental no município. E para finalizar, foram abordados os programas da Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos na Secretaria Municipal de Educação. Cabe ressaltar que este trabalho se dá na perspectiva de diálogos metodológicos qualitativos e que no decorrer desta investigação foi possível visualizar avanços e recuos, revelando assim que há um longo caminho a percorrer para que sejam estabelecidas políticas públicas na perspectiva de uma educação emancipadora e de qualidade a todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos

Josiane Meyer de Goes
josianemgoes@gmail.com

Elizabete Tamanini
Universidade da Região de Joinville
btamanini@gmail.com

INTRODUÇÃO

A concepção de Educação de Jovens e Adultos ao longo dos anos passou por inúmeras transformações e atualmente muito se tem discutido a respeito desta modalidade. Do ponto de vista conceitual, compreende-se que a educação não é neutra, ao contrário é política na medida em que forma opiniões, e pode ou não formar consciência, mudar posicionamento, enfim pode ser uma forma de libertação (FREIRE, 1996). Assim cabe ao educador, pesquisador desvendar estas artimanhas materializadas nas estruturas históricas do processo de educação mesmo tendo consciência que tal ofício é complexo e tampouco dá conta da totalidade desta temática. Desse modo, pode-se considerar a Educação de Jovens e Adultos como uma possibilidade na vida de milhões de pessoas que por diversos motivos foram excluídos do sistema educacional.

É significativo ressaltar que esse estudo justifica-se pela necessidade de uma contribuição científica sobre a educação de grupos considerados pelo sistema capitalista como minorias, excluídos, a exemplo da indígena, da desigualdade étnica, do campo, entre outras. Além de que, conforme Santos e Viana;

As pesquisas nos servem de orientação quanto às velhas e novas demandas. O retrato de políticas implementadas, absorvidas e desfeitas ao longo de décadas, consegue aferir aspectos locais, seja nos municípios, seja nos estados, enfocados em suas respectivas consonâncias com o panorama macro da sociedade brasileira, muito embora o conjunto de pesquisas não seja suficiente para dimensionar a situação da EJA em todo o território nacional. Faltam pesquisas de Estados importantes da Federação, como Bahia, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina. (SANTOS e VIANA, 2011, p.110)

A fim de compreender como a Educação de Jovens e Adultos vem se desenvolvendo no Município de Joinville, que é objeto de estudo deste artigo, faz-se necessário buscar conhecer a história da EJA no município. Tarefa que exige a busca por fontes primárias uma vez que há poucos registros desta trajetória.

Para responder a essas questões, foram levantados alguns objetivos específicos: Investigar como se deu o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, partindo da inserção como um direito à Educação; Identificar os indicadores estatísticos, com base nos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como também dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira - INEP, priorizando dados sobre a (população de 15 anos ou mais); Diagnosticar como vem se desenvolvendo a EJA nas escolas da rede municipal de Joinville, partindo dos dados que sintetizam as políticas educacionais.

Assim, para construirmos um diálogo possível de ser compreendido universalmente adotamos procedimentos teóricos e metodológicos com base na pesquisa qualitativa. Fontes inéditas, assim como alguns documentos: Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394/96, a Lei Orgânica do Município de Joinville, o Plano Nacional de Educação – PNE, as Conferências Internacionais de Adultos, o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA e a Resolução CNE/CEB nº. 1/2000, que reforça a concepção de EJA como modalidade da educação básica, foram utilizados para compreender o processo histórico da educação e das políticas públicas no Brasil. A construção do diálogo e as formas de interações se construíram à medida que a conversa iniciava, para GOLDENBERG (2000, p.63): “A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações. [...] Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais”.

PROBLEMATIZANDO NOSSAS INDAGAÇÕES: EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ao iniciar a discussão a respeito de política pública da Educação de Jovens e Adultos se faz necessário percorrer como se dá historicamente o processo da educação como direito, bem como compreender a concepção de Educação de Jovens e Adultos, que ao longo da história, vem passando por inúmeras transformações.

É importante ressaltar que a educação como direito aparece com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 que em seu artigo 26, estabelece o direito de todos à educação.

Observa-se que a Declaração Universal de Direitos Humanos surge em um período posterior à segunda Guerra Mundial com intuito de construir uma cultura de paz, onde os

indivíduos possam através do ensino e da educação desenvolver-se, a fim de promover o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

No Brasil o direito à Educação de Jovens e Adultos (EJA) aparece com a Constituição de 1934, ficando instituída nacionalmente a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos. É neste período que estas questões começam a delinear-se como ações de Estado. Entretanto, é na década de 40 que se iniciam várias ações e programas governamentais que almejavam oferecer o ensino primário de quatro anos para a população que não teve acesso a ele em idade apropriada.

É interessante observar que o Brasil ao longo da história herdou processos de colonialismo, latifúndio e escravidão, o que corroborou para que apenas poucos tivessem acesso à formação ou a educação. Assim a Educação de Jovens e Adultos (EJA) margeia esta complexidade histórica, política e social.

Vale refletir que a Constituição de 1934 é marcada pela força de diferentes movimentos sociais. Do ponto de vista oficial têm-se como movimento de articulação, a influência do Manifesto dos Pioneiros¹. O referido documento, expressa em parte às aspirações de intelectuais da classe média, de alguns setores da cafeicultura insatisfeita, e das massas populares. Mesmo que de maneira frágil esta Constituição agrega o direito ao financiamento da educação pública.

Neste contexto não há uma preocupação com o sujeito da EJA, com sua história e suas especificidades, na verdade, o que se busca neste período com a diminuição das taxas de analfabetismo é o aumento do eleitorado e a inserção do país nas disputas por novos mercados capitalistas. Afinal o país necessitava construir um retrato de “nação” incluída no cenário da industrialização global com menor índice de atraso “as condições formais de compreensão do mundo”.

Como um marco histórico, ressalta-se que é na década de 60, com a correlação de forças de movimentos sociais não formais e com a participação de alguns educadores comprometidos com o acentuando número de analfabetismo das populações pobres e

¹ Documento publicado em 1932, e que traz como proposta central transformar a escola essencialmente pública e laica e de obrigatoriedade do ensino elementar. Di Giorgi (1989).

em especial com a significativa contribuição do educador Paulo Freire, através de suas propostas de uma educação libertadora, que se reconhece a necessidade de repensar a EJA como uma estrutura da desigualdade social. Segundo Haddad (1988, p.42) “Reconhecia-se, finalmente, a necessidade de uma reflexão sobre o social na prática educacional; unia-se, portanto, o político ao pedagógico”.

Surtem então várias ações e propostas educativas renovadas², como: o Movimento de Educação de Base – MEB, o Movimento de Cultura Popular – MCP e o Centro Popular de Cultura – CPC, entretanto, tais ações foram interrompidas com o golpe militar de 1964.

A história é fértil em exemplos de ações em que aparecem pessoas imbuídas de ideias e energias e movimentos sociais sendo aplicadas visando à transformação de sistemas sociais opressivos. O movimento operário de um lado e de outro, os movimentos sociais em sua luta pela terra, pela moradia, saúde, creche, enfim pela cidadania, e, também pela democracia - estado de direito, para novas lutas como movimentos pelos desempregados, diretas já, pela educação do campo, educação de jovens e adultos, pela saúde, pelo transporte, das mulheres, da ecologia, são espaços onde a ação coletiva contribuiu sobremaneira nas décadas de 70 e 80 do século XX, para o cumprimento da finalidade que os movia e mobilizava.

A Constituição Federal de 1988 dá um passo significativo em relação a uma nova concepção. De ações de governo, a educação enquanto direito público passa a ser de responsabilidade do Estado, tirando o eixo da responsabilidade individual privada para o contexto da “coisa pública” – direito universal. O reconhecimento do direito de todos à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, assim como a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96 em seus artigos 37 e 38 que abordam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade da Educação Básica, são marcos importante para a EJA.

A partir da década de 90 do século XX, há mudanças substanciais nas relações do enfrentamento social. As ações do grande coletivo de pessoas, movimento dos

² Para uma compreensão mais profunda deste período ver: CULTURA POPULAR, EDUCAÇÃO POPULAR – MEMÓRIA DOS ANOS 60, de Osmar Fávero.

aposentados, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e ainda Movimento Viva Rio, são exemplos de movimentos baseados mais na solidariedade humana e pouco alicerçados em projetos político-partidários, como nos anos 80. O “novo” dos Movimentos sociais nos anos 90 Gohn (1997) redefiniu o eixo em duas direções. Primeiro foco, deslocando o eixo das reivindicações populares por infraestrutura e para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos para garantir o alimento com as campanhas da Ação pela Cidadania, pela Fome e a Miséria e pela Vida ou no caso de terra para produzi-lo, caso dos Sem - Terra. O segundo foco localiza-se no plano moral, que ganhou lugar central na ausência de ética na política e a gestão da “coisa pública”. Se fortaleceram nos anos 90 as organizações não governamentais e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público. Gohn (1999).

No entanto, é nesse período que fica caracterizado a desresponsabilização do Estado no que se refere às políticas sociais. O avanço do neoliberalismo e da globalização transfere a responsabilidade dos serviços públicos estatais para a sociedade civil, fazendo com que a EJA não se efetive como está na lei, ou seja, sendo oferecida por meio de programas. Santos e Viana (2011).

Um dos fatores para essa desresponsabilização do Estado é dado pelo caráter político e econômico do sistema capitalista e diante da precarização de políticas públicas o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), não incluiu a Educação de Jovens e Adultos como parte do seu financiamento, assim como também não incluiu as matrículas da Educação Infantil e do Ensino Médio para efeito de redistribuição de recursos.

Em substituição ao FUNDEF, cria-se em 2007, o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação que tem como objetivo financiar todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.

O FUNDEB foi implantado de forma gradual, iniciando em janeiro de 2007 concluída em 2009. Abaixo, apresentamos a tabela 01 que aborda a questão referente à

distribuição dos recursos, levando em consideração fatores de ponderação que variam de acordo com os níveis de ensino da Educação Básica.

TABELA 1 – Distribuição dos Recursos – FUNDEB

Nível de ensino	2007 (Resolução n°. 01, de 15/02/2007)	2008 (Portaria n 41, de 27/12/2007)	2009 (Portaria n 932, de 30/07/2008)
Creche	0,80	-	-
Creche em tempo integral	-	1,10	1,10
Creche em tempo parcial	-	0,80	0,80
Pré-escola	0,90	-	-
Pré-escola em tempo integral	-	1,15	1,15
Pré-escola em tempo parcial	-	0,90	1,00
Séries iniciais do ensino fundamental urbano	1,00	1,00	1,00
Séries iniciais do ensino fundamental rural	1,05	1,05	1,05
Séries finais do ensino fundamental urbano	1,10	1,10	1,10
Séries finais do ensino fundamental rural	1,15	1,15	1,15
Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,25	1,25
Ensino médio urbano	1,20	1,20	1,20
Ensino médio rural	1,25	1,25	1,25
Ensino médio em tempo integral	1,30	1,30	1,30
Ensino médio integrado à educação profissional	1,30	1,30	1,30
Educação especial	1,20	1,20	1,20
Educação indígena e quilombola	1,20	1,20	1,20

Educação de jovens e adultos com avaliação no processo	0,70	0,70	0,80
Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo	0,70	0,70	1,0
Creche conveniada em tempo integral	-	0,95	0,95
Creche conveniada em tempo parcial	-	0,80	0,80
Pré-escola conveniada em tempo integral	-	1,15	1,20
Pré-escola conveniada em tempo parcial	-	0,90	1,00

Fonte: FNDE (BRASIL, 2009 b) apud Sartori, 2011

Ao analisar a tabela 01, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos possui um dos mais baixos valores para ponderação. Sartori (2011, p. 107) “Embora aumentando 0,10 em relação à proposição inicial, ainda assim a EJA se mantém, junto a creche, com o fator mais baixo dos 23 níveis de ensino apresentados no quadro”. Ainda segundo o autor (Idem, p. 106) “Percebe-se que temos ainda um caminho a trilhar na luta pela isonomia da EJA frente às demais modalidades e etapas de ensino”.

Estabelecida as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96- LDB) no Brasil, muita discussão em torno do sentido da Educação de Jovens e Adultos (EJA) se configurou, na qual se destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que se ocupa das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, ressaltando a importância de um perfil próprio para a modalidade.

Nesta perspectiva observa-se o quanto é necessário o reconhecimento da EJA como uma modalidade fundamental da educação básica bem como suas especificidades no contexto da produção social da desigualdade no Brasil.

Hoje, se faz necessário conceber a educação de jovens e adultos a partir de uma nova concepção, ou seja, reconhecer em cada jovem e em cada adulto como sujeito de

direitos e conseqüentemente pressionar o Estado para que assuma seu dever de garantir esse direito.

CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DOS INDICADORES OFICIAIS

Desta forma, torna-se relevante analisar os indicadores oficiais a fim de possibilitar um diagnóstico da situação da educação de jovens e adultos no Brasil.

Ao levantar os indicadores estatísticos das diferentes regiões, e conforme o Mapa do Analfabetismo³ (p.7) constata-se que: “regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são os que apresentam os piores indicadores”.

Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (2010) “destaca a permanência de disparidade elevada nos índices de analfabetismo nas áreas rurais, em relação a todas as demais categorias”. Assim, ao analisar os indicadores estatísticos observa-se uma grande disparidade entre as regiões brasileiras e, segundo Relatório do IPEA (2010, p.4) “Pode-se atribuir tais desempenhos às seguintes causas: fluxos migratórios, envelhecimento da população e é claro o nível de acesso aos cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos”.

O documento elaborado pelo IPEA (2010) ressalta que embora haja grandes disparidades, progressos têm sido alcançados. É importante destacar que em 2004, oito estados nordestinos registravam taxas superiores a 20% e, após 05 (cinco) anos caiu para três estados.

Ainda o referido documento levanta duas situações de estados brasileiros que registraram aumento do número absoluto de analfabetos. E para surpresa, isso ocorreu nos estados de Mato Grosso e de Santa Catarina.

Conforme o Censo Demográfico 2010 há no Estado de Santa Catarina 202.422 pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, o que corresponde a 4,1% da

³ Ver: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf

população catarinense.

Para discutir as questões pertinentes a Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville, foi necessária compreender como o município se constituiu ao longo dos anos.

Hoje, segundo Censo 2010, Joinville tem 515.288 habitantes, sendo que destes 96,6% situam-se em áreas urbanas. No entanto ao buscar conhecer um pouco da história desta cidade, percebe que a cidade cresceu desordenadamente. A industrialização que teve início após a 2.^a Guerra Mundial trouxe profundas mudanças, ocasionando desta forma um grande fluxo migratório de milhares de famílias principalmente do interior de Santa Catarina e do Paraná.

Joinville tornou-se uma espécie de “terra da promessa” quando à população, relativamente estável, juntaram-se em pouco espaço de tempo milhares de pessoas de diversas origens, profissões e classes sociais. Convém lembrar que essas pessoas trouxeram, além das suas dificuldades e esperanças, a cultura dos seus locais de origem, implantando novos ingredientes ao cotidiano da cidade. Criaram uma nova história, desenraizada e que precisa ser pensada para que a história contada pelas elites econômicas, que enaltece os imigrantes, não exclua e desqualifique aquele que ajudou a construir uma das maiores cidades do Estado de Santa Catarina. (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 120)

Com o crescimento da industrialização houve então a necessidade de mão de obra qualificada, assim a educação precisava adequar-se às exigências da indústria. Neste contexto a Secretaria Municipal de Educação de Joinville, como atualmente é nomeada, teve um papel primordial no atendimento de crianças e adolescentes.

Na década de 80, embora havendo a preocupação no atendimento de crianças e adolescentes, o número de escolas não era suficiente para atender a demanda. Conforme (Costa; Gabardo; Freitas, 2005, p, 129), “nessa época havia 4.535 crianças fora da escola”.

Ao retomar a temática da Educação de Jovens e Adultos deve-se deixar claro que segundo Sartori (2011, p. 66) “a EJA é entendida como uma dívida social, um direito negado em determinado momento histórico a jovens e adultos, e os poderes públicos são chamados a buscar formas de recompor esse direito através da legislação”. Segundo o Censo Demográfico 2010 há em nosso município atualmente cerca de 9.105 pessoas maiores de 15 anos que não sabem ler e escrever, correspondendo a um percentual de

2,3%.

Segundo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013,

Joinville ocupa a 21ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 20 (0,36%) municípios estão em situação melhor e 5.545 (99,64%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, Joinville ocupa a 4ª posição, sendo que 3 (1,02%) municípios estão em situação melhor e 290 (98,98%) municípios estão em situação pior ou igual. (Atlas Brasil, 2013)

O município de Joinville ocupava a 13ª posição em 2000, com Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Joinville (IDHM) de 0,857 segundo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2003, atualmente o IDHM é de 0,809 mesmo sendo classificado como um índice muito alto, essa queda no ranking do IDHM demonstra que o desenvolvimento de outros municípios foi mais significativo quando comparados a Joinville.

Ao analisar os indicadores de desenvolvimento humano que diz respeito à Educação observa-se que a taxa percentual de pessoas entre 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo e de pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo em 2010 é de 74,72% e 70,87% respectivamente. A partir desses valores é possível calcular a taxa e o número de jovens e adultos que não possuem o ensino fundamental completo.

Para a faixa de 15 a 17 anos, 25,28% não possuem o ensino fundamental completo o que corresponde em número absoluto 6.690 pessoas. Já para as pessoas com 18 anos ou mais obtem-se 29,13% correspondendo a 109.691 pessoas.

A partir destes valores chega-se ao percentual de 20,8% da população joinvilense pessoas que não concluiu o ensino fundamental, e diante deste percentual ressalta-se o quanto se faz necessário o reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos, bem como a implementação de políticas públicas específicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outra questão importante a ser levantada é o número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville. Conforme o Sistema de Consulta

a Matrícula do Censo Escolar 2013, disponível no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP há 2.816 pessoas matriculas na EJA (Ensino Fundamental), considerando todas as dependências: Estadual, Federal, Municipal e Privada. Diante deste número pode-se dizer que o município está atendendo somente 2,4% dos jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental.

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação dispõe de vinte e três escolas municipais que atendem turmas da Educação de Jovens e Adultos e oito extensões, ou seja, instituições conveniadas com a Secretaria. Entre as extensões encontram-se a Penitenciária Industrial de Joinville, o Presídio Regional de Joinville, o CASEP – Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório, o Centro POP - Centro de Referência Especializado em Atendimento a População em Situação de Rua, assim como diversas instituições de reabilitação de dependentes químicos e alcoólatras.

Dessa forma destacam-se os seguintes programas desenvolvidos pela Educação de Jovens e Adultos - Secretaria Municipal de Educação de Joinville.

- Presencial 1º Segmento (Séries Iniciais do Ensino Fundamental)

Esta modalidade é destinada a jovens e adultos a partir de 15 anos, não alfabetizados ou que não concluíram as séries iniciais do Ensino Fundamental. Tem como objetivo oportunizar o domínio de instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem.

- Presencial 2º Segmento (Séries Finais do Ensino Fundamental)

Esta modalidade de EJ foi desenvolvida por uma equipe de professores e de supervisores da EJA da Secretaria Municipal de Educação.

A proposta da modalidade é fazer com que o aluno seja o sujeito de sua aprendizagem, através de uma organização metodológica onde a sala de aula se organize em grupos de trabalho.

- Telessala (Séries Finais do Ensino Fundamental):

A telessala utiliza a metodologia do Telecurso 2000, assim, há um único professor (mediador de aprendizagem) que trabalha com todas as disciplinas. É importante

ressaltar que nesta modalidade o estudante trabalha com blocos de disciplinas, assim o estudante pode iniciar em uma turma sempre que estiver começando uma nova disciplina.

- PROEJA-FIC

É o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular.

Este programa faz parte das diversas ações destinadas a promover formação profissional ao maior número possível de pessoas em todo o país e são realizadas entre o Ministério da Educação - MEC, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs e os municípios.

- PROJÓVEM URBANO

O Projóvem é um Programa do Governo Federal, destinado aos jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre: (1) Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental/EJA; (2) Qualificação Profissional, com a certificação de formação inicial; (3) Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto

A Secretaria de Educação iniciou o atendimento aos detentos da Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto em 2006, e atualmente atende uma turma na modalidade Presencial 1º Segmento e quatro turmas na modalidade Telessala sendo que três destas são para os detentos que estão em regime fechado e uma turma para os detentos que estão em regime semiaberto.

- Presídio Regional de Joinville

No Presídio Regional de Joinville as aulas iniciaram no dia 06 de agosto de 2012 atendendo uma turma na ala feminina.

A escola, com uma salda de aula dentro do Sistema Carcerário, é um local de comunicação e interação, oportunizando a socialização na medida em que oferece aos estudantes outras possibilidades de construção de sua identidade e de resgate da cidadania.

- Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório - CASEP

O CASEP é uma instituição voltada a manter em privação de liberdade adolescentes em conflito com a lei, bem como lhes proporcionar atendimento sociopsicopedagógico. A Secretaria de Educação atende uma turma.

- Comunidade Terapêutica Opção de Vida

A Comunidade Terapêutica Opção de Vida atua na recuperação de dependentes químicos e alcoólotras que tem por objetivo ajudar o dependente a se tornar uma pessoa livre através da mudança do estilo de vida. Esta Comunidade terapêutica somente homens (jovens e adultos) e a Secretaria de Educação por meio da Educação de Jovens e Adultos atende uma turma na própria unidade através do Programa Presencial 2º Segmento.

- Comunidade Terapêutica Rosa de Saron

A Comunidade Terapêutica Rosa de Saron é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos que visa prestar atendimento a usuárias de drogas adolescentes/jovens de 12 a 18 anos e a mulheres acima de 18 anos das diversas classes sociais, considerando as que estão fragilizadas pela pobreza e excluídas socialmente, as que necessitam ou não de acompanhamento médico e psicossocial, em conflito com a família ou com a lei.

Da mesma forma realizada na Comunidade Terapêutica Opção de Vida, a Secretaria de Educação por meio da Educação de Jovens e Adultos atende uma turma na própria unidade através do Programa Presencial 2º Segmento.

- Centro POP

O Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua representa um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

Diante disto, a Secretaria de Educação contribuiu no atendimento de uma turma na modalidade Telessala (Ensino Fundamental - séries finais) no referido Centro de Referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última década as tensões sociais se ampliam e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser expressa por diferentes ações, programas e projetos contribuindo para uma reconfiguração da EJA. Já é possível constatar que ao falar em Educação de Jovens e Adultos, há que se incluam as reflexões sobre as desigualdades e injustiças sociais produzidas pelo modo de produção capitalista ao longo dos tempos.

Ao investigar o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos em nosso município podemos constatar que há avanços e recuos. Muitas foram as idas e vindas a procura de fontes históricas, de forma que fosse possível a compreensão e análise da implementação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos em nosso município. Entretanto, constatou-se a falta de informações e documentação específicas desta modalidade de ensino.

Analisando os indicadores sociais observa-se que são inúmeros os desafios da Educação de Jovens e Adultos. Reconhecer o direito de todos a Educação e consequentemente implementar políticas públicas específicas, garantindo atendimento em locais e horários acessíveis, instalações de qualidade, formação de pessoal docente, materiais didáticos, entre outros, são fatores fundamentais para que os jovens e adultos possam desfrutar das condições necessárias para sua formação.

Outra questão levantada no decorrer deste trabalho revela que o lugar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Joinville ainda é anônimo de políticas públicas e a exclusão neste campo é invisibilizada pelos Indicadores de Desenvolvimento Humano do Município.

No entanto, o presente artigo não pretende esgotar a análise sobre a situação da Educação de Jovens e Adultos em nosso município, e sim subsidiar o exercício da reflexão sobre o processo de implementação das políticas públicas para a EJA. Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire fala do ser humano histórico, cultural, inacabado e que este ser deve estar consciente do seu inacabamento. Ainda segundo o autor, (2009, p.55) “a inconclusão que se reconheci a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo de busca”. Esta busca, não é individual, é coletiva, pois nos fazemos com o “outro”. Diante disto, cabe, portanto, as políticas públicas, ente de representação, levar a cabo o cumprimento de direitos e deveres criando e recriando mecanismos democráticos de acessibilidade de diferentes contextos e sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 01 mai.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf

DI GIORGI, C. **Escola Nova**. São Paulo: Ática, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
_____. Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.
HADDAD, Sérgio. Educação de Adultos: Um início de conversa sobre a nova lei de educação. **Em aberto**. Brasília, ano 7, n.38, abr/jun. 1988.

INEP, **Mapa do Analfabetismo no Brasil**.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 19 de jan. de 2012.

IPEA, Comunicado do Ipea n. 70 – Dezembro de 2010. **Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004 – 2009**.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101209_comunicadoipea70.pdf. Acesso em: 20 fev. 2012

SANTOS, A. R., VIANA, D. Educação de Jovens e Adultos: uma análise das políticas públicas (1998 a 2008). In: SOARES. L. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.